

O SILENCIAMENTO DO PROFESSOR A PARTIR DO VISLUMBRE PELO LAUDO: A ILUSÃO NA BUSCA DA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS NA PRÁTICA DO EDUCADOR

*THE SILENCE OF THE TEACHER FROM THE VIEW BY THE REPORT: THE ILLUSION IN
THE SEARCH OF PROBLEM SOLUTION IN THE EDUCATOR'S PRACTICE*

Alexandre Dijan Coqui

Universidade Aberta do Brasil, Salvador, BA, Brasil.

Leandro De Lajonquière

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos

Universidade Ibirapuera, São Paulo, SP, Brasil.

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i8.138>

Recebido em: 08.12.2021

Aceito em: 05.01.2022

O ator, em uma cena, quando assume a personagem, manifesta a separação entre a realidade e a objetualidade intencional na ficção. Uma construção a partir do real para o imaginário, criando-se um estado de aceitação no telespectador entre o ator (pessoa real) e a personagem (a imagem de uma realidade), quase num processo de transubstanciação¹, porém, é só atuação que desfaz com o fechar das cortinas ou os créditos finais de um filme ou série.

A figura do professor, no Brasil, está próxima dessa representação artística em um espetáculo perigosamente real. Não apenas construída pelo educador, mas atribuída pela sociedade, que aos poucos o investiu de poderes em sua prática, contrários à sua formação. Nesse cenário, o professor confunde-se com múltiplos papéis como professor e não assumindo a responsabilidade da família ou do psicológico ou psicanalista, exercendo a atribuição de ensinar valores e comportamentos, dever primeiro da família, entre tantas outras no espetáculo educacional. São tantas atribuições do docente, na prática, e não acauteladas pela sua formação, por não ter licença legal e preparo acadêmico para assumir compromissos de outras áreas do conhecimento, que forma uma ilusão (psico)pedagógica, aqui, como um fazer pedagógico além da capacidade do educador.

Pestana e Coqui (2021) relatam em seu trabalho que hoje o processo avaliativo é um

1 Transubstanciação é a mudança da substância pão e vinho na substância corpo e sangue de Jesus Cristo no ato da consagração, adotada pela Igreja Católica. Neste texto, o termo se encaixa na mudança de função do professor e sua formação pedagógica para outra função ou outro personagem, na qual a sociedade ou o próprio professor coloca-se como detentor de um saber específico e toma decisões e cria estratégias equivocadas no processo de ensino-aprendizagem e coloca em risco o desenvolvimento da criança e do adolescente.

grande desafio na educação; uma vez que o processo mostra as fragilidades do sistema educacional na reprovação e evasão escolar, apesar de ser um instrumento para medir a competência da prática do professor.

A internalização desse poder na educação pelo professor é perigosa. O educador ao manifestar-se sobre o comportamento ou o desenvolvimento de uma criança e ao emitir um parecer sobre um determinado aluno, suas conclusões são aceitas como uma “verdade absoluta”, para alguns ingênuos, no entanto, para alguns profissionais o parecer de um professor não tem esse valor clínico, mesmo assim, o educador não preocupar-se com os fatores internos ou externos que influenciam no desenvolvimento e comportamento do educando. A expressão mais utilizada na educação é “Esse aluno não tem jeito”, esse é um ponto final em todo o processo de aprendizagem, não há espaço para questionamentos e a expressão “não tem jeito” traz em si uma incerteza educacional, de fato o “não ter jeito” procura uma solução ou uma correção do fazer ao sujeito a quem o professor se refere (Fanizzi, 2021), esse discurso nos faz lembrar o estudo sobre análise de discurso, no qual não é o sujeito que fala a língua, a língua que fala a verdade do sujeito (Orlandi, 2020). O professor busca controlar o processo de aprendizagem numa dinâmica padronizada, a busca fervorosa pelo ajustamento dos educandos dentro de uma mesma caixa (LAJONQUIÈRE, 1992).

O preocupante está na internalização desse profissional multidisciplinar, buscando para si a incumbência de uma educação mergulhada em deficiências e problemas, o educador estabelece relações com o seu suporte “poder”, porém, esquece de sua não capacitação para tantas qualificações, uma eficiência no trato pedagógico que modifica a cada curto período, como se descobrisse a solução imediata de todos os problemas educacionais (RODRIGUES e REIS, 2018).

Essa incorporação inconsciente, uma responsabilidade acima de suas capacidades profissionais, é a chave mestra entre as realidades vivenciadas nas escolas e a complexidade dos diagnósticos dos educandos, que comumente incluem históricos de deficiência na aprendizagem, dificuldades de interação e comunicação com o professor e seus colegas, excesso de indisciplina e as frequentes crises de agressões ou isolamento. Surge, nesse contexto, a necessidade da construção do laudo. Produzido por uma equipe multidisciplinar, este documento passa a ser visto, a princípio, como a receita e a cura.

O fato de ter um laudo é considerado, para muitos e de forma inocente, como o fechar de um ciclo, afirmando-se como resultado longe de ser alcançado. O período de suspensão das atividades letivas em 2020 e o retorno remoto 2020/2021, trouxeram consigo o agravamento de problemas já detectados. No Município de Jacaraci, no Estado da Bahia, com uma população estimada de 15.000 habitantes e um número aproximado de 2.000 alunos matriculado em toda rede municipal de ensino, a crescente reclamação dos professores em relação à aprendizagem dos alunos, foi o ponto de partida para a Secretaria de Educação contratar uma equipe formada por psicopedagogos e psicólogos para atenderem às crianças que, segundo os professores, apresentavam diversas deficiências de aprendizagem. O interessante eram os diagnósticos já feito pelos educadores e, em muitos casos, utilizados como fator para reprovação, retomamos o perigo da internalização do poder pelo educador e o rótulo “não tem jeito” associado ao aluno.

Foi solicitada aos professores, pela equipe multidisciplinar, a construção de uma “queixa

escolar²”, contendo, segundo a convivência do professor com o aluno, todas as dificuldades encontradas no período, com o objetivo de ressaltar o desenvolvimento e o comportamento dos estudantes. As queixas apresentavam vários tipos de problemas como: “*O estudante W. apresenta uma grande dificuldade na escrita, apresenta lentidão é extremamente tímido para se expressar e comunicar*”, “*apresenta dificuldade de concentração e autonomia nas atividades*”, “*o estudante T. tem o hábito de chupar o dedo, a própria blusa e até mesmo a alça da mochila, não consegue concluir suas atividades*”, essas “queixas” eram entregues à equipe multiprofissional e esses alunos eram submetidos a anamnese e posteriormente a alguns testes para diagnósticos psicopedagógicos e psicológicos e, por fim, a elaboração de planos terapêuticos.

Foram aplicados: teste de inteligência (Matriz progressivas de coloridas de Raven – CPM); EMA-EF (Escala de motivação para aprender de alunos do Ensino Fundamental); Teste de compreensão oral; PROLEC (Prova de avaliação dos processos de leitura); Teste de T.D.H.A. (Escola de transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. Não seria bom separar esse caso? Está contando que uma escola aconteceu isso? Está confuso).

Esse processo foi aplicado em todas as escolas da rede municipal, aqui selecionamos uma escola na sede do município, com 308 alunos matriculados, na faixa etária de 06 a 10 anos de idade e foram encaminhadas, pelos professores “Queixa escolar” de 53 crianças e, tiveram o retorno, no final do processo, 47 crianças com laudos, em variados graus e deficiências, entre elas: TEA, TDHA, Altas habilidades e superdotação, DI, Síndrome de Irlen, entre as mais diversas situações.

Essa realidade acentuou a importância da atuação do psicopedagogo e do pedagogo na formação de uma equipe multidisciplinar, no entanto, esses profissionais preocupam-se apenas para o trabalho clínico, muito próximo do trabalho do psicólogo e longe do trabalho educacional, das estratégias de ensino que adequam a cada educando em suas deficiências. O professor deseja esta investigação com a ilusão de conseguir formar uma turma homogênea, essa ilusão é vendida pela psicologia ao propor alguns instrumentos e avaliações, dentro de um molde, assim, o laudo torna-se um produto de um diagnóstico resultado da avaliação interdisciplinar ELIASSEN, DONIDA e SANTANA (2021).

Porém, as vozes em todo o processo que culmina com o laudo são extensas. O discurso do professor restringe o olhar nas dificuldades observadas na ação pedagógica, determinando o desempenho escolar do aluno, seguido do parecer do psicólogo e do psicopedagogo, a partir de alguns instrumentos e, posteriormente, o laudo. Esse apresentado aos pais e à escola.

Em seguida, foi marcada uma reunião com alguns professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, após um período de dois meses da emissão dos laudos e a pergunta base foi: “*O que o laudo trouxe para a prática pedagógica em sala de aula? O que mudou?*”, a resposta dos professores foram a mesma “*Apenas temos a confirmação do que já sabíamos e a justificativa para os pais e a escola do porquê esse aluno não aprende*”, ou “*continuamos o mesmo trabalho de antes do laudo*” e, na pior das respostas “*Apenas serve para no final do ano esse aluno ser aprovado por laudo*”. Não houve nenhuma preocupação com as estratégias que poderiam ser utilizadas para esses alunos.

No entanto, a realidade do aluno com laudo continua sem nenhuma alteração mais substancial, porém, para a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Educação, esses laudos, servem

2 Queixa escolar é um documento feito pelo professor de forma livre para cada aluno que percebeu ao longo do percurso escolar alguma deficiência, seja ela qual for, e registra para ser entregue a equipe formada pelo psicólogo e psicopedagogo.

para constar no Censo da Educação, validar recursos específicos, atestar no cumprimento da prova do SAEB³ e provas diferenciadas ou a não necessidade de participação do aluno, influenciando no resultado final e, possivelmente, o encaminhamento do aluno para o atendimento educacional especializado (AEE), para um trabalho mais direcionado aos alunos com necessidades específicas, no entanto, na sala regular as condições no processo ensino-aprendizagem continuam no mesmo ritmo.

Mesmo com algumas propostas de atividades apresentadas pelo psicopedagogo e com o aval do psicológico, para sanar ou minimizar as deficiências apurou-se que o profissional entende a deficiência e o seu grau de dificuldade e, a família e a escola, tomam posse de um laudo, passando a atestar os sintomas reconhecidos pela equipe, encaixa o aluno em um parâmetro e constroem atividades diferenciadas na escola bem como seu encaminhamento ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, em contrarrotino ELIASSEN, DONIDA E SANTANA (2021) e (LAJONQUIÈRE, 2013).

A partir dessa estrutura montada na escola, o professor apresenta à equipe de psicopedagogos e psicólogos, através de uma queixa, um aluno que apresenta uma série de dificuldades de aprendizagens e ao final do processo recebe um laudo estritamente técnico e uma série de sugestões de intervenções, sem considerar o educando, como sujeito em construção e, na sua grande maioria, apresentando uma convivência familiar disfuncional, requisitos importantes e esquecidos. Trata-se apenas de saber sobre o sujeito em suas deficiências e padroniza-lo em um diagnóstico e, todo o conjunto no desenvolvimento da criança, para além do portão da escola é ignorado. O docente entrega a queixa, rasamente interpretado por ele durante o fazer pedagógico e recebe a confirmação ou não das suas interpretações em um laudo. Caso seja positivo engaveta e continua com a mesma prática anterior e, caso seja negativo, atribui o problema a indisciplina da criança e a falta de controle dos pais.

Cria-se uma dualidade: enquanto o professor na ilusão pedagógica é considerado pela sociedade, no município em questão, como um profissional multidisciplinar e com conhecimento suficiente para tratar de problemas além de sua formação acadêmica, também é visto como sujeito insuficiente na sua prática de ensinar e, na atualidade, espera-se entregar um indivíduo, o aluno, pronto para uma sociedade do futuro e dotado de todas as condições de viver em um mundo tecnológico e dinâmico Rosado e Pessoa (2021). Por experiência, sabe-se ainda que os pais, no imaginário de ser àquele que sabe o que seu filho precisa para o futuro mais exigente e urgente, exige do professor, na educação infantil, que o educando chegue às as primeiras série do ensino fundamental alfabetizado, deixando para trás todo um trabalho de desenvolvimento da criança e, o professor, é nesse contexto também, considerado insuficiente.

Destarte, um laudo é o resultado de vozes profissionais e, por outro, o silenciamento da criança e do professor após o vislumbre deste laudo. A partir do momento que ele passa a ser real, como discute Lanjoquière em entrevista com Rodrigues e Reis (2018), o educando espera do professor além das informações, mas algo que impulse o desejar. A sociedade do consumo e do mercado de trabalho obriga o professor a preparar alunos para o mundo, como disse “corre-se detrás de uma miragem no deserto, pois os empregos de hoje nunca foram necessariamente os empregos de amanhã” (p. 439), e para os educandos descritos em laudos, a função exigida para o professor é conseguir moldá-lo para que tenha uma vida profissional ou social o mais próximo

3 SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

do chamado “normal”, esse termo aqui entendido como um padrão aceito e que não traz em si toda a complexidade do ser humano, requer um outro estudo.

Vivenciamos na prática pedagógica que com o retorno à presencialidade das atividades letivas, um número exorbitante de crianças retorna às salas de aulas diferentes daqueles que deixamos em março de 2020. A pandemia acentuou alguns sintomas psicológicos em alguns educandos. E novamente começam a surgir situações de aprendizagens que fogem do padrão reconhecido pela escola, um padrão com regras rígidas de desenvolvimento em etapas e uma nova onda de solicitações para os laudos.

Novamente deparamos com a necessidade de um papel com um diagnóstico e encaixado em um padrão terapêutico, sem um acompanhamento especializado, mas com condições da escola transferir sua deficiência para o resultado de um diagnóstico e, a justificativa para os pais do atraso nos educandos. Por outro, professores buscando soluções rápidas e fáceis para concluir o ano letivo com um índice de aprovação ou de justificativa, sem buscar meios para compreender o processo pedagógico de sua formação, alienados ao modismo ou a facilidade.

Abre-se uma reflexão para concluir esse pensamento. Será que os diagnósticos escritos em laudos são o suficiente para entender a complexidade do mundo onde estão inseridas essas crianças? Será mesmo deficiência cognitiva ou transtornos, ou apenas a urgência em compreender a falta da escuta nas relações entre o professor e seu aluno? A escola pode ser uma caixa distante das mazelas vividas pelas crianças em seus lares?

Referências

ELIASSEN, Elisabeth da Silva. DONIDA, Lais Oliva. SANTANA, Ana Paula de Oliveira. O laudo de dislexia: ficção ou realidade? IN.: CAPONI, Sandra. BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf. LAJONQUIÈRE, Leandro (de). **Saberes expertos e medicalização no domínio da infância**. São Paulo: LiberArts, 2021. p. 243-266.

FANIZZI, Caroline. Dos sonhos expertos à fabricação educativa: considerações sobre o esvaziamento da *ex-periência* escolar. IN.: CAPONI, Sandra. BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf. LAJONQUIÈRE, Leandro (de). **Saberes expertos e medicalização no domínio da infância**. São Paulo: LiberArts, 2021. p. 317-336.

LAJONQUIÈRE, Leandro (de). **Acerca da instrumentação prática do construtivismo: A (anti) pedagogia piagetiana, ciência ou arte?** 1992. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n81/n81a06.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13 ed. Capinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020.

PESTANA, D.M.A., & COQUI, A.D. (2021). Revista Amor Mundi, 2 (1), 41-49. <http://journal.editorametrics.com.br/index.php/amormundi/article/view/36/40>

RODRIGUES, Rogério. REIS, Magali. (2018). **A ilusão (psico)pedagógica e o empobrecimento das experiências educativas (entrevista a Leandro de Lajonquière)**. *Estilos Da Clínica*, 23(2), 430-450. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i2p430-450>. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/150993>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROSADO, Janaina. PESSOA, Marcos (org.). **As abelhas não fazem fofoca** – estudos psicanalíticos no campo da educação. São Paulo: Instituto Lingage, 2021.